



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681339 - MG (2021/0226349-3)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : EMANUEL ALVES SIMAS  
**ADVOGADO** : EMANUEL ALVES SIMAS - MG103799  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : PAULO ANDRE DE PAULA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO ANDRÉ DE PAULA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.602981-1/000).

O paciente foi preso preventivamente em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que o acusado é pessoa íntegra, primário, com residência fixa e trabalho lícito, predicados que lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Aduz que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da custódia cautelar, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Argumenta que o réu está encarcerado há mais de 228 dias, sem que tenha sido recebida a denúncia, o que revelaria o excesso de prazo da segregação antecipada. Afirmo que, nos termos do art. 316 do CPP, a prisão preventiva deveria ser reavaliada ao cabo de 90 dias.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, que lhe sejam aplicadas medidas cautelares diversas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que o decreto construtivo seja cassado, revogando-se a custódia antecipada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 63-81):

*Conforme se depreende dos autos, o paciente foi preso, na data de 01.12.2020, em virtude de decreto de prisão preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06.*

*A respeito dos prazos previstos para a realização dos atos processuais em matéria penal, devem os mesmos ser contados globalmente. Assim, a demora em uma das fases do processo poderá ser compensada em outra.*

*E como sabido, o prazo para encerramento da instrução, nos delitos de tráfico, é de 180 dias, não*

tendo, portanto, transcorrido o lapso temporal que caracterizaria o constrangimento ilegal e, por conseguinte, ensejaria o relaxamento da prisão do paciente.

[...].

Assim, não há falar-se em relaxamento de prisão em virtude de excesso de prazo para o encerramento do Inquérito Policial.

[...].

In casu, a segregação provisória do paciente afigura-se necessária para a garantia da ordem e saúde públicas. Vejamos.

Os crimes imputados ao paciente são dolosos e punidos com reclusão.

Constata-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos crimes de tráfico ilícito de entorpecente e associação para o tráfico, punidos com pena privativa de liberdade máxima cominada superior a 04 anos, o que os tornam passíveis de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos autorizadores, nos termos do art. 313, inciso I, do CPP, com a redação dada pela Lei 12.403/11, in verbis:

[...].

Há prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

Consta dos autos que, após minuciosa investigação policial realizada pela inteligência da Polícia Militar, verificou-se que o paciente, juntamente com outros 14 investigados, integraria uma extensa rede de comercialização de drogas, cada um deles exercendo uma função específica no grupo.

Vale destacar que a operação policial teve início em setembro de 2019, pautadas no monitoramento dos suspeitos através de interceptações telefônicas autorizadas pelo juízo a quo, tendo sido constatada a suposta participação do paciente na organização criminosa destinada à comercialização de entorpecentes na Cidade de São João Del- Rei/MG e imediações.

[...].

Conforme apurado, há indícios de ser o paciente membro ativo de uma suposta organização criminosa dotada de hierarquia e divisão de tarefas, especializada em tráfico ilícito de entorpecentes.

No que diz respeito ao investigado, segundo consta das informações prestadas pelo juiz a quo, o paciente integraria a suposta organização criminosa, sendo o responsável, em tese, pela venda/distribuição dos entorpecentes, possuindo estreita ligação com Wanderley José Alves, v. “Delei”, apontado como líder da facção.

Registre-se que o investigado já responde a processo pelo delito de tráfico de substância entorpecente, conforme se verifica da CAC de fl. 01-02 (sequencial 13)

Ademais, ao contrário do que asseverou o impetrante, a decisão de primeiro grau – que decretou a prisão preventiva - restou devidamente fundamentada em dados concretos do processo, na necessidade da custódia cautelar do paciente para a garantia da ordem pública.

[...].

Assim, considerando haver indícios de que o paciente integra uma suposta organização criminosa dotada de hierarquia e divisão de tarefas especializada em tráfico de entorpecente; considerando, ademais, que o paciente seria o responsável, em tese, pela venda/distribuição das drogas, possuindo estreita ligação com Wanderlei, apontado como líder da célula criminosa; e, por fim, considerando que o paciente já responde a processo por delito da mesma natureza, verifico presente a periculosidade concreta que, com fundamento no princípio da necessidade, justifica a prisão processual. (grifos acrescidos)

De resto, reconhecida como se encontra a presença dos motivos autorizadores da prisão processual do paciente, não há falar-se em substituição desta por qualquer das medidas cautelares diversas da prisão, tal como supra delineado em cumprimento ao disposto no §6º, do art. 282 do CPP, eis porque rejeito esse pedido.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência